

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

DRIELE SILVA HONORATO

**RUMO À MODERNIZAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO
NACIONALISTA EM ARTIGOS SANITARISTAS DISSEMINADOS NO JORNAL
MINAS GERAIS (DÉCADAS DE 1930 E 40)**

UBERLÂNDIA - MG

2014

DRIELE SILVA HONORATO

RUMO À MODERNIZAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DO DISCURSO NACIONALISTA
EM ARTIGOS SANITARISTAS DISSEMINADOS NO JORNAL *MINAS*
GERAIS (DÉCADAS DE 1930 E 40)

Monografia apresentada ao Instituto de História
da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu.

Uberlândia

2014

Uberlândia, 13 de março de 2014.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu INHIS/UFU

Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior INHIS/UFU

Prof.^a Dr.^a Regma Maria dos Santos UFG

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Arlindo e Terezinha, obrigada é muito pouco e jamais conseguirei traduzir por palavras o agradecimento por tanto esforço, cuidado e amor incondicional que dedicaram a mim. Vocês são meus amigos mais verdadeiros... Quem dera fossem eternos...

Ao professor Jean pela amizade, confiança, incentivo e ajuda... Sempre me lembrarei!

*“Porque guardar os lindos sonhos
de criança é viver de esperança
pra morrer de sentimento”
(Goiá)*

RESUMO

O tema deste trabalho de pesquisa aborda como o discurso nacionalista fora inserido em artigos sanitaristas disseminados pelo jornal *Minas Gerais* principalmente a partir dos anos 1930. Nos últimos anos, a pesquisa histórica se estendeu para novas possibilidades de abordagem. Neste sentido, o estudo da história de Minas Gerais através da imprensa em artigos sobre educação sanitária é revelador não só para esclarecer questões de saúde pública como também sobre aspectos da política e sociedade. A imprensa, na presente pesquisa, é elemento-chave para entender a política de saúde pública do Governo Vargas.

Palavras-chave: Governo Vargas. Projeto nacionalista. Modernização. Saúde pública. Educação sanitária. Discurso médico. Imprensa. Trabalhismo. Minas Gerais.

LISTA DE SIGLAS

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

DNE - Departamento Nacional de Educação.

DNS - Departamento Nacional de Saúde.

MES - Ministério de Educação e Saúde.

MESP – Ministério da Educação e Saúde Pública.

SESP - Serviço Especial de Saúde Pública.

SNES - Serviço Nacional de Educação Sanitária.

SPES - Serviço de Propaganda e Educação Sanitária.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	11
Panorama histórico da saúde pública (décadas de 1920 a 1940).	
CAPÍTULO 2	18
O discurso médico-sanitário e sua dimensão cívica e patriótica.	
2.1. A imprensa como instrumento na estratégia política.	
2.2. O discurso médico-sanitário no jornal <i>Minas Gerais</i> .	22
2.3. A questão do trabalho.	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Toda teoria traz em si imagens de mundo que lhe são subjacentes, o que significa dizer que nenhum discurso científico opera num vazio social. Segundo Hursel, a própria “neutralidade do fato científico foi produto de uma elaboração, senão de uma decisão histórica”¹. Se a ciência pode ser pensada como discurso racional sobre a natureza (ou o objeto ao qual se propõe conhecer), os elementos constituintes da tessitura desse discurso podem ser examinados também na sua historicidade. A ciência e sua produção envolvem o conhecimento científico, sua constituição, aplicação e publicidade. Assim, ganha destaque na produção do discurso científico o papel da política social vigente. Isso significa dizer que o discurso sanitarista não deve ser visto como neutro uma vez que a política da época influenciou sua construção.

A pesquisa que se apresenta teve como ponto de partida o discurso médico-sanitário propagado no Brasil através da imprensa escrita após a década de 1930 em matérias sobre educação sanitária. Cheguei aos artigos quando integrei um projeto relacionado ao tema, coordenado pelo professor Dr. Jean Luiz Neves Abreu, onde tive a função de transcrever os artigos originais e assim me interessei pelos discursos. Os discursos são claramente influenciados por um pensamento positivista e elaborados com o padrão de cientificidade defendido na modernidade. O que estava oculto no discurso científico é que eram reforçados pelo forte apelo ideológico que apontava para um projeto de construção de uma nova nação.

Em 1930, quando Getúlio Vargas tornou-se presidente do Brasil instaurou-se um Estado com forte autonomia, remodelando o país econômica e politicamente. Getúlio Vargas buscou construir, principalmente durante o Estado Novo, um sentimento de identidade nacional que era essencial para o fortalecimento do país, para isso, o regime investiu principalmente em cultura, educação e saúde. Este estudo busca analisar a função nacionalizadora e civilizadora creditada à área da saúde nas décadas de 1930 e 1940 em Minas Gerais, privilegiando os discursos higienistas propagados pelo jornal *Minas Gerais* que serão estudados no âmbito das políticas públicas de saúde.

É importante entender que há um sentido homogêneo assumido pela história neste período, que constitui um símbolo legitimador da memória que se propõe a ser nacional e signo de poder. O objetivo específico desta monografia é analisar o discurso que se estabelece

¹ GIL, Fernando. História das ciências e epistemologia. In: **História e prática das ciências**. Lisboa: Ed. A Regra do Jogo, 1971.

em torno da saúde pública e como ele se integra a um projeto nacionalista. Para chegar a indagações que levasse a uma reflexão sobre saúde pública tive como ponto de partida o jornal *Minas Gerais*, publicação da imprensa de Belo Horizonte.

Para desenvolver a análise, dividi a sequência deste trabalho em três partes. O primeiro capítulo expõe um panorama geral da saúde pública nas décadas de 1920 a 1940 no Brasil e em Minas Gerais. Para isso torna-se necessário um breve histórico do desenvolvimento das ações relacionadas à saúde pública no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. É importante entender as mudanças que estavam ocorrendo e quais as implicações políticas que levaram o Governo Vargas a investir tanto na propaganda por um povo saudável. O segundo capítulo avalia primeiramente o papel da imprensa e depois lida de modo mais aprofundado diretamente com as narrativas desses discursos sanitaristas no que tange aos significados do discurso médico-sanitário analisando sua dimensão cívica e patriótica. Analisarei também o papel do trabalhador brasileiro no Estado Novo. E por último, concluirei com uma síntese do trabalho e uma interpretação sobre o esforço e quais as motivações do projeto político de nacionalização estado-novista.

CAPÍTULO 1

Panorama histórico da saúde pública (décadas de 1920 a 1940).

Em 1918 a gripe espanhola ² assolou o mundo. Em Belo Horizonte, um dos principais fatores de sua propagação foi o pouco caso da população, que acostumada ao discurso produzido de capital moderna e salubre, desconsiderou o perigo de uma epidemia. A população não acreditava que uma epidemia de grandes proporções pudesse atingir uma cidade construída dentro dos mais modernos padrões de salubridade como ruas largas e casas espaçadas umas das outras e equipada com rede de esgoto, cemitério e matadouro nos padrões da modernidade. Mesmo com o discurso de cidade moderna e higiênica, Belo Horizonte enfrentava outra realidade. Assim como em todo o Brasil, endemias como a lepra, a tuberculose, a febre amarela, a boubá, a febre tifoide, a difteria, a malária, a sífilis, a verminose, a chagas, a varíola, a esquistossomose e a peste dizimavam centenas de pessoas nas cidades de Minas Gerais. E é diante desta situação que o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930 passa a olhar para a população a fim de reverter a atual precariedade da saúde e percebe que as doenças assolam vidas que poderiam estar trabalhando em prol do progresso do Brasil.

Uma série de reflexões de políticos e intelectuais começa a identificar as causas do atraso do país e as consequências negativas que isso produz para a economia e cultura brasileira. A pobreza, a doença e a ignorância eram os problemas nacionais que precisavam ser combatidos. Delineava-se assim um projeto político dentro dessa conjuntura e vinha-se surgindo no campo das ideias políticas uma sequência de inovações e a reforma sanitária das décadas de 1910 e 1920 apresentava-se como um caminho para a construção da nação, embasada numa corrente nacionalista que negava o determinismo racial e climático como explicação da situação do país e da população. De acordo com Hochman e Fonseca

a reforma da saúde pública nas duas últimas décadas da Primeira República foi caracterizada por Castro Santos (1985, 1987 e 1993) como um dos elementos mais importantes no processo de construção de uma ideologia da nacionalidade, com impactos relevantes na formação do Estado brasileiro ³.

² MARQUES, R. C. A Pandemia gripal de 1918 em Minas Gerais. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 39-44, jan./mar. 1997.

³ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 75.

Inúmeras iniciativas haviam sido tomadas ainda antes do estabelecimento do Estado Novo. Na década de 1920 estabelecem-se medidas que foram fundamentais para a configuração desse novo quadro da saúde pública, como por exemplo: fora criado o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária (SPES). Programou-se também o primeiro curso de saúde pública que objetivava promover a formação da consciência sanitária da população por meio da disseminação de conhecimentos sobre saúde e higiene, a criação do profissional especialista em higiene e saúde pública, a realização de cursos de enfermeiras em saúde pública e a inauguração dos Postos de Profilaxia e Saneamento Rural. Em 1925 ocorreu uma reforma sanitária promovida pela Fundação Rockefeller que modificou as políticas de saúde pública e uma de suas principais ações implementadas foi a substituição da polícia sanitária pela educação sanitária.

Os serviços de saúde em Minas Gerais estavam subordinados à Diretoria de Saúde Pública desde 1927. Em Minas Gerais, o financiamento externo às ações de saúde pode ser observado a partir do estudo da atuação da Fundação Rockefeller ⁴. A difusão das ideias de higiene pelos escolares revela os métodos dos americanos nas suas primeiras incursões à saúde da população mineira. A presença norte-americana na estruturação desses serviços durante a década de 1930 teve grande importância na difusão de princípios orientadores das atividades de saúde pública, principalmente a ênfase dada à educação em saúde. Esses serviços atuaram principalmente na área rural e contribuiu para as práticas políticas de saúde pública no interior do país. Este processo desenvolveu-se combinado a um contexto histórico de mudanças significativas que já vinham ocorrendo, principalmente a partir do século XIX.

Outra política social iniciou nos anos 1920 com pouco contato com a saúde pública: a previdência social. O sistema previdenciário inaugurou um processo que inseriu os trabalhadores às formas de proteção pública oferecendo-lhes acesso aos benefícios. Depois da década de 1930 a previdência social tornou-se uma das políticas-chave no estabelecimento das relações entre Vargas e os trabalhadores. De acordo com Ângela de Castro Gomes “os seguros contra invalidez, doença, morte, acidentes de trabalho, o seguro-maternidade, todos visavam à proteção da saúde do trabalhador” ⁵. Entretanto, a cobertura previdenciária foi

⁴ MARQUES, R. C. A Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1926). **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência**, Belo Horizonte, vol. II, p. 549-550, 1997. As informações básicas sobre a Rockefeller em Minas podem ser retiradas da publicação dos seus relatórios anuais existentes na Biblioteca da FUNED.

⁵ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 60.

destinada somente a trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais esperariam até o início dos anos 70 para adquirirem direitos iguais.

No início do período getulista criaram-se subsídios para a organização de uma estrutura orgânica e sistemática de políticas de saúde. O processo de institucionalização da saúde pública se desenvolveu a partir de 1930, mas não significou uma ruptura radical em relação às políticas de saúde pública da década de 20. Porém o início do processo de modernização da política brasileira beneficiou também a área da saúde gerando transformações como um intenso processo de organização, profissionalização, burocratização e centralização das atividades de saúde e saneamento ligadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública criado em 1930. Segundo Hochman e Fonseca,

foi a reforma do Mesp, proposta em 1935 e implementada por Capanema a partir de janeiro de 1937, que definiu a política de saúde pública, reformulando e consolidando a estrutura administrativa do ministério e adequando-a aos princípios básicos que orientaram a política social do governo Vargas ⁶.

Dessa forma, as mudanças propostas pelo novo regime somente tomaram forma após a posse do Ministro Gustavo Capanema no ano de 1934, o qual permaneceu no cargo até o fim do primeiro Governo de Getúlio Vargas em 1945. Após 1937 o Ministério passou a se denominar Ministério de Educação e Saúde (MES) e sua reforma fora um marco definitivo para a saúde pública tornar-se um importante veículo da política do Estado, as mudanças administrativas foram estimuladas principalmente pela necessidade de reestruturação institucional de assistência social no Estado Novo. Os órgãos responsáveis pela saúde pública estavam vinculados ao Departamento Nacional de Saúde (DNS) e no âmbito da educação estava o Departamento Nacional de Educação (DNE).

Em 1937 Getúlio Vargas criou para o país uma nova carta constitucional que era baseada na centralização da política, no intervencionismo estatal da política brasileira, na nacionalização de alguns setores estratégicos, no controle das massas e num modelo antiliberal de organização da sociedade. Por essas circunstâncias, a instauração do Estado Novo facilitou a realização de uma reforma centralizadora na área da saúde, este atualizou a herança sanitaria da Primeira República. A capital da República nesse período passa a ser exemplo de salubridade e os olhares do Ministério antes voltados para ela torna-se cada vez

⁶ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 82.

mais abrangente. Mas foi em 1942 que a intervenção estatal tomou amplas proporções e criou-se o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

A cultura médica dos anos 1930, período em que Vargas entrou no poder com o Governo Provisório, realizou diversos projetos de intervenção urbana e rural, elaborados a partir de uma preocupação crescente com a questão da salubridade e higiene já que as endemias passaram a ser consideradas obstáculo para o desenvolvimento da nação. O Estado estava atento às mais diversas esferas da vida do brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação, etc.. A informação e a intervenção do Estado eram consideradas como principal canal para se transformar o país. Hochman e Fonseca salientam que

no final da década de 20, serviços de profilaxia rural estavam espalhados pelo país e os próprios estados começavam a organizar os seus departamentos e serviços de saúde e saneamento e formar profissionais especializados para trabalhar nos serviços de saúde pública ⁷.

A medicina social realizava um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia, o sanitarismo buscava a proteção do corpo e da mente do operário já que a saúde era vista como um fator que levaria ao progresso. Com o reordenamento da organização administrativa deu-se também o processo de formação, especialização e diferenciação entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas para trabalhar nos serviços de saúde pública, além também da formação de enfermeiras em saúde pública. A escola de ensino primário e a família também contribuíam para a formação de uma sociedade mais saudável e foram considerados como um dos principais agentes desse projeto político, pois a prática da educação sanitária era vista como uma tarefa de conscientização e de estabelecimento de hábitos de higiene. De acordo com Souza, o quadro de funcionários do Serviço Nacional de Educação Sanitária

era composto por médicos sanitaristas, oficial administrativo, desenhista, escriturário, bibliotecário, fotógrafo, datilógrafo, operador cinematográfico, técnico em audiovisual e servente. Neste momento, não fazia parte da equipe de funcionários do serviço um profissional especialista em educação sanitária, cargo necessário a um serviço voltado para educação sanitária ⁸.

⁷ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina M. O. O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 77.

⁸ SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. p. 8.

Os médicos sanitaristas eram empregados do Estado e especializados em Saúde Pública. Sua principal função era disseminar as práticas higiênicas para a população a fim de transformar a sociedade com as medidas de saúde e higiene. Conforme salienta a autora Keila Auxiliadora,

os médicos sanitaristas foram inseridos, em sua maior parte, na burocracia como funcionários públicos, o que os levou a aderir, de forma estratégica, ao projeto de saúde pública centralizador estatal, tendo a questão da higiene como um de seus eixos motrizes⁹.

As comunidades médicas que foram produzidas e associadas ao Estado formaram uma especialidade médica regulamentar que atuaram tanto como formuladores de propostas políticas como implementadores de políticas. Assim, o saber médico adquiriu também uma função social. Podemos exemplificar a ação médica como formuladora de proposta para os problemas sociais no seguinte artigo de 1947:

Com a doença de Chagas acontece, no Brasil, algo semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos da América com o problema do câncer. Quando os métodos semiológicos se tornaram suficientemente desenvolvidos para diagnosticar o neo em seus primórdios e os meios terapêuticos progrediram a ponto de curar praticamente todos os casos apanhados em princípio, as cifras estatísticas marcaram numerosos arranha-céus e a questão adquiriu, de chofre, uma importância fundamental para todo o país, tal a pavorosa devastação que faz esta doença em todas as suas camadas populacionais. No que diz respeito à doença de Carlos Chagas, os meios de comprovação diagnóstica, vulgarizados em nosso meio há alguns anos, serviram para chegarmos, abruptamente, a esta terrível verificação: estamos diante de um problema de extraordinária transcendência para a economia e para a saúde da nação, pois devem andar por muitos milhares os sertanejos vitimados anualmente pelo Tripanossoma cruzi, principalmente em sua localização cardíaca. Estamos ainda nos primórdios das pesquisas verdadeiramente especializadas sobre essa doença. Não temos, pois, por completo, os dados estatísticos que somente o tempo poderá propiciar. Mas, mesmo assim e aí está uma das facetas que ensombrecem sobre modo o quadro achamo-nos diante de verdadeira catástrofe, tal a intensidade e a seriedade com que a miocardite chagásica atinge o camponês brasileiro, julgamo-nos aptos a dar uma ideia do que se passa, desse ponto de vista, no nordeste do País, graças às pesquisas que sob a chefia do professor Adriano Pendé vem sendo realizadas em Salvador. Sabemos que as conclusões (ILEGÍVEL) de E. Dias, Nóbrega e F. Laranja, que estudam planificadamente o problema, sobre os auspícios do Instituto Osvaldo Cruz, não são menos graves. E assim também os dos outros especialistas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, etc... São seguramente milhares de pessoas, repetimos, que sofrem em plena juventude, quando mais do que nunca poderia servir aos seus e à economia da nação, duramente atingida num setor deficitário como é da agricultura, às voltas com a velha questão de falta de braços. É um problema terrível. Maior que o da sífilis, da malária e da verminose. Porque, para estes, possuímos os antídotos, os meios de combate eficazes. E contra a doença de Chagas estamos inteiramente desarmados totalmente desprovidos de qualquer terapêutica eficaz. Tais são as razões que nos levam a sugerir que saia deste importante conclave o brado de alarme contra essa séria situação. Façamos chegar ao Governo da República nossa preocupação ante o

⁹ CARVALHO, Keila Auxiliadora. **A Saúde pelo Progresso: Medicina e Saúde Pública em Minas Gerais.** (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. p. 72.

problema e peçamos medidas que possam se opor a marcha destruidora do mal. Os fatos falam por si próprios e acreditam mesmo que muitos dos presentes já devem ter ficado confrangidos mais duma vez ante o quadro dramático que oferecem jovens camponeses, ou que moraram no interior, em geral de menos de 30 anos de idade, com insuficiência cardíaca, congestiva, com corações gigantescos e graves lesões do tecido condutor. É sobretudo quanto à profilaxia que muito poderá ser feito e nós, cardiologistas, temos o dever de alertar os dirigentes da nação para essa importante prisma da saúde pública. Não subestimemos o problema e ajamos sem tardança ¹⁰.

Há uma evidente preocupação dos médicos sanitaristas principalmente para com as classes menos favorecidas. Os médicos cobravam ações efetivas do poder público e mais responsabilidade na tarefa deste em atender principalmente as demandas da população mais pobre, denunciando a condição de abandono na qual muitas vezes se encontravam. Em Minas Gerais eles se esforçavam em vários projetos para incentivar e impulsionar a educação sanitária nas escolas.

No Estado Novo Vargas adotou medidas centralizadoras e diminuiu a autonomia dos Estados para maior controle sobre as oligarquias regionais. Conforme aponta Jean Abreu, “o Estado Novo criou condições para a implantação de uma política sanitária destinada à coletividade nacional, a qual deveria se estender aos estados e a todo território do país” ¹¹. O Ministério da Educação e Saúde (MES) foi vital para que as políticas sanitaristas alcançassem todo o território nacional, integrando os domínios federal, estadual e municipal, tendo como proposta coordenar e uniformizar as ações de saúde. As atividades de saneamento e profilaxia passaram a ser aplicadas em todo o país pelas instituições criadas pelo governo federal, este que tinha função administrativa de normatização e supervisão dos serviços estaduais por meio de órgãos federais que agiam diretamente nos estados.

A década de 1940 também foi palco de mudanças significativas nos serviços estaduais de saúde. Criaram-se no ano de 1941 os Serviços Nacionais que auxiliaram as ações de combate às endemias e instituiu mecanismos para erradicar doenças específicas, e as Conferências Nacionais de saúde destinadas a discutir a organização sanitária estadual e municipal, a delinear as bases das políticas de saúde pública para o território nacional e a planejar estratégias de combate às doenças. Órgão integrante do Departamento Nacional de Saúde, o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES) tinha como objetivo criar na coletividade brasileira uma consciência social da importância da saúde. Esse serviço era uma

¹⁰ Educação Sanitária. O problema médico social da doença de Chagas. **Minas Gerais**. Extrato de trabalho do Dr. Rubem Tabacof, da Universidade da Bahia, Congresso Brasileiro de Cardiologia, “Publicações Médicas”, São Paulo, dezembro de 46 a janeiro de 47. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária). Belo Horizonte, sábado, 28 de junho de 1947, n. 10.

¹¹ ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). **Revista de História Regional**. 18(1): 86-102, 2013. p. 87.

unidade administrativa com o propósito de planejar e coordenar um programa de educação sanitária nacional dividido em três seções: a Seção de Educação e Propaganda, Museu da Saúde e Seção de Administração. De acordo com Érica Mello de Souza,

foram criados doze Serviços Nacionais, nos quais sete eram responsáveis por uma doença específica e os outros cinco relacionados a atividades de saúde diversificadas. Esta nova estrutura ampliou a atuação do Ministério, centralizou a atuação dos órgãos federais de saúde e consolidou os objetivos traçados por Gustavo Capanema para a agenda da saúde pública ¹².

As reestruturações institucionais na saúde pública e suas implicações durante o Estado Novo provocou significativas mudanças. Foram criadas também oito Delegacias Federais de Saúde Pública, uma para cada região em que o país fora dividido. Em Belo Horizonte estabeleceu-se uma sede da Delegacia Federal de Saúde Pública que tinha como papel supervisionar as atividades imprescindíveis à colaboração da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social, além da fiscalização dos serviços federais de saúde. Esse modelo de gestão administrativa perdurou por décadas e apenas foi modificado em 1953.

O Serviço Nacional de Educação Sanitária colocou em prática uma política de controle e normalização que orientava os profissionais de saúde e tornou-se importante veículo de transmissão dos ideais de uma nova nação que pretendia construir uma população saudável e civilizada para marchar rumo à modernização. No seguinte capítulo poderemos observar mais de perto as práticas da política de saúde pública, pois serão analisadas as narrativas do discurso médico higienista no projeto de educação sanitária presente no jornal *Minas Gerais*.

¹² SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. p. 6.

CAPÍTULO 2

O discurso médico-sanitário e sua dimensão cívica e patriótica.

2.1. A imprensa como instrumento na estratégia política.

Vimos no capítulo anterior que desde a Primeira República alimentava-se a ideia de que a ignorância era a principal causa das doenças e da pobreza da população. Por conta disso, tornou-se fundamental promover a consciência sanitária através de recursos modernos de comunicação e, assim, a imprensa fora responsável por difundir diretrizes nacionais de saúde através das medidas de educação sanitária. As práticas educativas em saúde disseminadas pelos jornais eram também divulgadas na rádio como método do governo para atingir a massa.

Inserido no discurso médico-sanitário percebe-se a presença de outro discurso que tinha a intenção de criar o sentimento de unificação e fortalecimento nacional, resultado que o Governo Vargas pretendia atingir. Esse discurso visava construir uma boa imagem do regime e a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política. A criação de mecanismo de controle da opinião popular se iniciou logo após a posse de Vargas, em 1931, quando fora criado o Departamento Oficial de Publicidade. A imprensa oficial era uma das principais responsáveis pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem. Por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Ministério da Propaganda, criado em 1939, Getúlio Vargas conseguiu também reforçar sua imagem de benfeitor da classe trabalhadora. Neste sentido, Maria Helena Capelato salienta que

a propaganda política é estratégica para o exercício do poder em qualquer regime, mas naqueles de tendência totalitária ela adquire força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula¹³.

Os jornais foram obrigados a reproduzir os discursos do regime, a dar divulgação às inaugurações, a enaltecer as notícias dos atos do governo, ou seja, tinham a finalidade de disseminar informações, ideais legitimadores e realizações políticas. O discurso progressista propagado pelo poder público corresponde a uma tentativa de modificar diariamente os

¹³ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 169.

sentimentos coletivos preparando a população para as grandes tarefas nacionais com o intuito de alavancar o país que visava ser moderno. No *Minas Gerais* também eram publicadas palestras que foram proferidas principalmente na Rádio Inconfidência. Dessa forma, a propaganda política através do rádio e jornal era instrumento valioso na estratégia política estado-novista, pois eram canais de comunicação entre povo e Estado. Podemos perceber que a imprensa fez esse papel, pois

a Constituição brasileira de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, através de legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista. O art. 1.222 exterminava a liberdade de imprensa e admitia a censura a todos os veículos de comunicação¹⁴.

Fica clara a manipulação pela propaganda com o forte apelo de produzir cidadãos fortes que pudessem alavancar a pátria com um referencial nacional-desenvolvimentista. Pode-se dizer que a imprensa foi também um dos instrumentos repressivos do Governo uma vez que ela excluía a veiculação de propagandas anti-regime afastando críticas e informações contrárias.

O Serviço Nacional de Educação Sanitária era o órgão federal responsável pelas atividades de propaganda, disponibilização do material e por direcionar as ações de educação sanitária em abrangência nacional. O Serviço de Propaganda e Educação Sanitária e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), formado em 1942, eram responsáveis pelos materiais publicados, alguns também viriam da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, Instituto Pinheiros e Instituto Butantã. Artigos iguais eram distribuídos em jornais de várias cidades de Minas. No jornal *Minas Gerais*, durante a década de 30, eram abundantes os textos voltados para a saúde. Neles é possível perceber toda uma representação da necessidade de constituição de uma sociedade saudável, centrada na ideia de prevenção de doenças, combate aos vícios e robustez física.

A propaganda era vista como principal meio de ação pública, pois aos olhos do governo federal os hábitos de saúde dependiam da informação que melhoraria as condições de vida e saúde física e mental do indivíduo. Apesar do esforço, havia obstáculos prejudicando as ações de educação sanitária, como a dificuldade de distribuir o material para os jornais e levar os conhecimentos de higiene aos mais remotos municípios. Sobre a divulgação das publicações, Souza salienta que

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 171.

a Seção de Educação e Propaganda era responsável por todas as publicações do serviço - tanto as de nível técnico, voltadas para os profissionais de saúde, quanto às de caráter popular – pela organização de eventos de divulgação, promover cursos de educação sanitária para os agentes de saúde, fornecer aos serviços estaduais material audiovisual para a realização de suas campanhas e distribuir suas publicações por todo país. Assim, ficava a cargo dessa seção, organizar e produzir todas as funções ligadas à propaganda e divulgação ¹⁵.

Além de propagandas pela saúde pública, o governo também utilizava de manifestações cívicas e esportivas para provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos. Há a difusão de ideologias como progresso, desenvolvimento, nação e ordem em meios a difusão de hábitos higiênicos. Torna-se perfeita a combinação trabalho e higiene, no sentido de controlar as atitudes e a personalidade. Sobre o nacionalismo é importante entender que

os rumos da campanha desde 1937 estavam de acordo com o princípio estabelecido por Gellner (1983) de que o nacionalismo engendra a nação. Assimilação e caldeamento são reputados como parte da tradição histórica de formação da nação brasileira. De acordo com este princípio, o Estado Novo precisava da homogeneidade nacional, buscada, em primeiro lugar, na escola (imposição do espírito nacional pela supressão dos idiomas estrangeiros e pelo ensino do civismo), em segundo lugar, pela ação prática e simbólica do Exército, da polícia e dos brasileiros legítimos, fazendo valer o sentido da formação nacional, isto é, uma “tradição histórica” de miscigenação e assimilação ¹⁶.

O problema nacional deixou de ser de domínio exclusivo da raça e passou a ser explicado pela ausência de noções essenciais de educação e saúde entre a população. Neste sentido, o projeto de educação sanitária principalmente durante o Estado Novo visava garantir uma educação capaz de produzir cidadãos fortes e aptos para o trabalho ordeiro e disciplinado. Pretender-se-ia impedir a perda da saúde da população e estimular a capacidade de trabalho, esse movimento buscava também a construção de uma identidade nacional e foi conferida à saúde papel crucial na constituição da nacionalidade. E o projeto de uma “identidade nacional só se concretizaria como plural se categorias como saúde, doença, força, beleza, aptidão, capacidade, responsabilidade e inteligência fossem acrescentadas aos indivíduos que a formavam” ¹⁷. Há de se perceber que o intuito do Estado nacional era o de construir o povo brasileiro e forjar a identidade dos trabalhadores do Brasil. Para disseminar

¹⁵ SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011. p. 7.

¹⁶ SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 225.

¹⁷ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 284.

as ideologias Getulistas a imprensa desempenhou um papel fundamental, por meio dela foi possível difundir em âmbito nacional as medidas adotadas pelo governo. Conclui-se que a imprensa no Brasil foi importante veículo na difusão de valores de saúde e, mais que isso, na tentativa de mudança de consciências e controle coletivo. Ela foi um dos instrumentos do Estado a serviço da nação, instrumento de desenvolvimento e moldagem da consciência nacional que exaltava o trabalho e o patriotismo. Através dela foi possível disseminar princípios de saúde e higiene em Minas Gerais. A intenção de se ter um o povo saudável e uma nação culta era para que auxiliassem na obra de tornar o Brasil um país rico e próspero e, para isso, o Estado forte e centralizador interviu diretamente nos problemas sociais.

2.2. O discurso médico-sanitário no jornal *Minas Gerais*.

Faremos aqui uma análise dos artigos médicos extraídos do jornal *Minas Gerais* para melhor compreender a política de saúde pública do Governo Vargas e seus desdobramentos em Minas. Esse jornal tinha como público leitor a população de Belo Horizonte e seu entorno, que nesse período já tinha padrões de modernidade e progresso. Além disso, o jornal era distribuído por todo Estado e várias de suas colunas eram reproduzidas em jornais do interior. O panorama histórico das políticas de saúde pública no Brasil explanado no primeiro capítulo facilita a compreensão do discurso médico condicionado pela conjuntura política e social. O destaque da pesquisa neste capítulo fica por conta da dimensão cívica e patriótica divulgados nos discursos médicos/sanitários para a sociedade mineira. Através dos jornais, inserido no discurso médico, estava também uma tentativa de legitimação da nação e controle sobre o conjunto da vida coletiva e, além disso, disseminava-se uma ideologia que tinha por objetivo a criação de um “homem novo”. Para o governo Vargas, a resolução da questão social do país incluía todos os problemas de caráter social e econômico que diziam respeito ao bem-estar da população. A saúde era vista como um completo bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência da doença.

No jornal *Minas Gerais* destacam-se as colunas denominadas “Pelo Ensino”, “Programa de Medicina Social”, “Cuidados Higiênicos”, “Pela Saúde Pública”, “Diretoria de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais”, “Preceitos Gerais de Higiene”, “No Serviço de Saúde”, “Da Inspeção de Educação Sanitária” e “Educação Sanitária”, onde as matérias de saúde que as compõem apontam como as ideologias Getulistas eram difundidas. Nos anos de 1930 e 1940 foi possível constatar a recorrência de temáticas como acontecimentos escolares, palestras de educadores e médicos, aconselhamentos sobre aleitamento materno, preparo de alimentos naturais, notícias acadêmicas de seminários e congressos, saneamento rural, diversos temas sobre saúde e higiene, prevenção de doenças específicas, introdução de remédios e métodos terapêuticos, puericultura, doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo, cuidados do cotidiano como tomar banho, escovar os dentes, prevenção de acidentes no trabalho e até controle de frequência das alunas da Escola Normal. De acordo com Jean Abreu, “de maneira geral, o material não só expunha as formas de transmissão das doenças, mas também as formas de obtenção do diagnóstico e tratamentos disponíveis”¹⁸.

¹⁸ ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). *Revista de História Regional*. 18(1): 86-102, 2013. p. 99.

São inúmeros os artigos que explicam todas as etapas das doenças e as formas de contágio, bem como as medidas preventivas necessárias para evitar-se a sua propagação.

O homem brasileiro, do campo ou da cidade, era fundamental para a pátria por ser construtor de seu próprio progresso e o de seu país. A valorização do homem foi o sentimento que norteou as ações de saúde e a ela foi creditada a riqueza do país e a felicidade de cada brasileiro. Portanto, cada indivíduo seria responsável para a formação do ideal de saúde com seus procedimentos e hábitos de cada dia orientados pela Educação Sanitária. A Educação Sanitária convocou a população para a manutenção da saúde pessoal, responsabilizando cada cidadão pelo seu hábito cotidiano e pela conservação de sua saúde com a intenção de construir um povo com exímias condições de higiene que pudesse ser útil a sua nação. Podemos ver essa intenção no artigo disseminado em 1948:

Na primeira semana de vida é conveniente vacinar as crianças contra a tuberculose. A vacina BCG não apresenta inconvenientes e protege as crianças contra a tuberculose e outras doenças.

Aumente a resistência de seu filho contra a tuberculose, aplicando-lhe o BCG nos primeiros dias de vida.

- Quem se alimenta racionalmente trabalha com mais eficiência, resiste melhor às enfermidades e dá descendentes fortes e saudáveis.

- O queijo deve entrar no regime diário do adulto que não tem por hábito tomar leite.

- É indispensável incrementar a cultura de legumes e frutas, alimentos necessários às refeições diárias.

- A manteiga usada no preparo de outros alimentos é mais facilmente digerida do que quando empregada simples, no pão.

A alimentação deve conter uma certa taxa de ferro, para evitar a anemia – A carne, as vísceras, o ovo e os legumes nos garantem o fornecimento do ferro de que necessitamos.

Todo povo bem nutrido é trabalhador e eficiente e forma país forte e progressista.

Além do cão, outros animais podem transmitir a raiva: o gato, cavalo, boi, cabra, etc.

¹⁹

A educação sanitária consistia, de acordo com os médicos da época, no principal meio para sanar os males da população. As ações pedagógicas aplicadas no campo da saúde tinham como objetivo principal formar uma consciência sanitária da população em geral. Um exemplo disso é o seguinte artigo sobre medicina preventiva de 1938:

A prática dos exames médicos preventivos nasceu e vulgarizou-se na América do Norte, depois que se firmou a convicção de que as doenças são tanto mais curáveis quanto mais cedo se fazem o seu diagnóstico e o seu conveniente tratamento.

É realmente estranha e inexplicável a atitude do homem, sempre apegado a vida e, no entanto, sempre esquecido dos cuidados elementares necessários à conservação da saúde.

Porque deveis sofrer, periodicamente um exame preventivo?

¹⁹ Educação Sanitária. (Preceitos gerais de higiene). **Minas Gerais**. Do S. P. E. S. de Minas Gerais. Belo Horizonte, domingo, 10 de outubro de 1948, n. 9-10.

Por várias razões:

- 1.º porque – embora sadio, podeis não ter a saúde e o vigor que podereis ter.
- 2.º porque – há doenças que em sua fase inicial não revelam nenhum sinal de sua presença.
- 3.º porque – uma doença demonstrada ou reconhecida no seu início tem mais probabilidade de ser curada mais rapidamente.
- 4.º porque - foi demonstrado que os exames de saúde praticados regularmente auxiliam o homem a ter uma vida mais sadia e mais longa.

Os exames médicos preventivos costumam revelar anormalidades e defeitos que são ignorados pelos próprios pacientes, aparentemente não levando-os, então, a prática de tratamentos eficazes no início da doença, justamente na fase mais curável.

É muito comum a revelação nestes exames de casos ocultos ou latentes de doenças graves, como a diabete, o câncer, a tuberculose, as doenças do coração, e etc., que estavam até então ignoradas pelo próprio paciente. Cumpre a todos que tem responsabilidade na direção das massas de trabalhadores, de institutos de educação, de corporações militares, etc.; o dever de cooperarem para que se crie e se mantenha entre nós essa magnífica medida de medicina preventiva²⁰.

Muitos artigos do jornal *Minas Gerais* estavam voltados principalmente para o homem do interior, chamados geralmente de camponês ou sertanejo, com a intenção de auxiliar no seu desenvolvimento e integração na coletividade nacional. Há indícios de que a educação sanitária chegou ao homem rural principalmente através das palestras proclamadas no rádio, meio de comunicação mais comum e acessível, irradiadas de Belo Horizonte para outras localidades do Estado. O rádio foi o principal meio por onde se difundiu a educação sanitária nas zonas rurais, pois a maioria das pessoas não sabia ler. Através da equipe técnica que atuava nos estados, que eram eles médicos sanitaristas, guardas sanitários, enfermeiras, etc., o governo federal aumentava sua presença nos recantos mais remotos do país e tomava conhecimento dos problemas do homem do campo.

As preocupações com a saúde do homem rural estavam diretamente vinculadas a doenças infectocontagiosas que implicavam riscos para a coletividade, pois as doenças transmissíveis eram em grande parte endêmicas nas áreas rurais. É recorrente nos artigos sanitários do *Minas Gerais* a atenção dada à mosca, ela tinha papel importante na propagação das mais perigosas moléstias: febre tifoide, febre paratifoide, disenterias, cólera morbus, tracoma, varíola, etc. e seguir os itens do regulamento da Saúde Pública para evitar o contágio e a propagação das doenças infecciosas era dever de todos. A seguir um artigo exemplificado o problema de doenças infecciosas em 1947:

O Dispensário é o ponto mais importante no diagnóstico precoce da tuberculose. O exame sistemático de pessoas que convivam em focos de elevada infecção, principalmente utilizando-se a roentgenfotografia (abreugrafia) é um dos itens. O Dispensário não há de ser um mero ambulatório para tratamento de formas em

²⁰ Exames médicos preventivos. (Pela Saúde Pública). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sábado, 18 de junho de 1938, n. 10.

evolução adiantada, pois senão o Dispensário seria mais uma fonte de contágio e com muito pouco benefício para o doente. O caso só descoberto na fase avançada não pode tirar qualquer aproveitamento no Dispensário e no próprio hospital o benefício será pequeno, onde nem a própria assistência médica-cirúrgica terá mais oportunidades, no sentido de cura. Os números revelam que os doentes entram para os hospitais em fase já irrecuperável – 75% morrem em menos de 60 dias de hospitalização. E são hospitais caros, modernos, com os mais recentes aparelhamentos. Quanto ao aspecto social, a tuberculose é doença de “déficit” financeiro pessoal, familiar e às vezes coletivo. Sob certas facetas, a tuberculose é doença que atinge mais as classes pobres, mas a tendência do tuberculoso, pela cessação de trabalho, dispêndios de tratamento que vão surgindo e se avolumando, é chegar à indigência, e com a morte do doente, se é o chefe de família, a penúria chega aos extremos, ficando ainda a sobrecarga provável de casos novos. O armamento contra a tuberculose há de ser feito simultaneamente pelo Dispensário e pelo Sanatório. Se há um armamento, é uma guerra que deve ser movida, e está há de se fazer com velocidade, dentro das finanças atuais. A tuberculose avança com intensidade tal que a delonga em ataca-la vai, ano a ano, criando mais amplas necessidades. Não construídos em prazo curto os leitos e os dispensários, poucos anos bastaria para que as necessidades subissem em porcentagens impressionantes. Para atingir a grande velocidade de construção a porfia está em leitos baratos, para o que não se há de fazê-los com todas as exigências técnicas. O volume de técnicos necessários aquela velocidade é um obstáculo sério. Médicos, atendentes, enfermeiras, assistentes sociais não podem ser improvisados. Os cursos rápidos seriam a solução; centro de preparo no Rio, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, em organização ou já funcionando ²¹.

A intenção da educação sanitária através dos jornais em relação ao homem rural era o de esclarecer e aconselhar para que zelassem de sua saúde e conseqüentemente torná-los fonte de mão de obra braçal para a agricultura. Diante disso, Gomes salienta que

a não-aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das principais causas do êxodo rural, uma vez que o trabalhador do campo via-se ignorado e desamparado, posto à margem das preocupações dos dirigentes do país. Sem educação e saúde, sem transporte e crédito, sem possibilidade de uma atividade rendosa, acabavam ficando no campo apenas aqueles que não conseguiam migrar ²².

A doença de Chagas era apontada como uma das mais prejudiciais ao homem rural brasileiro. De acordo com artigos dedicados ao mal de chagas, milhares de pessoas sofriam em plena juventude quando poderiam servir á economia da nação. O barbeiro, inseto que transmite a Chagas, se encontrava com mais reincidência em habitações rústicas do interior cobertas de capim e paredes sem reboco, o que facilitava seu abrigo e alimentação. Essa situação atingia o setor deficitário da agricultura com a questão de falta de braços. O abandono em que se encontrava o homem do interior tornou-se motivo de preocupação uma vez que isso estava acarretando problemas com a ocupação do território nacional e gerando

²¹ Rumos da Campanha Nacional Contra a Tuberculose. (Educação Sanitária). **Minas Gerais**. Notas de Conferência. Belo Horizonte, 22 – 8 – 47. Prof. Rafael de Paula Sousa, diretor do S. N. T. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária). Belo Horizonte, quinta-feira, 4 de setembro de 1947, n. 12.

²² GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 70.

escassez de mão de obra do campo. Por conta disso, o Governo pretendia melhorar as condições de vida desse trabalhador do interior e assim atender às demandas da produção agrícola investindo em uma política de amparo ao trabalhador rural criando, por exemplo, os Postos de Profilaxia e Saneamento Rural. Podemos ilustrar essa preocupação com as seguintes medidas nesse artigo de 1947:

(...) DIVERSAS

O Ministério da Agricultura divulgou o seguinte comunicado: “O tracoma é uma doença infectocontagiosa que ataca os olhos, reduzindo-lhes a capacidade visual até a cegueira. Transmite-se diretamente de indivíduo para indivíduo ou pelo uso de objetos utilizados pelos doentes, tais como toalhas, bacias, etc. É doença, portanto, decorrente da falta de higiene, do pouco asseio nas mãos, da promiscuidade, atacando sobretudo as populações do interior, onde existe em forma endêmica, principalmente nos Estados de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul. Os corpos estranhos como a poeira das estradas, provocando irritação e inflamação dos olhos, abrem uma porta à infecção tracomatosa, o que explica, em parte, a sua incidência nas populações rurais. É doença que flagela sobretudo as crianças. Devem os habitantes do interior, principalmente dos Estados de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul, combater o tracoma pela higiene corporal, a mais completa possível, conforme recomenda a Seção de Assistência Social do Ministério da Agricultura”²³.

Há a difusão de medidas complementares de higiene de modo a evitar a contaminação e propagação das doenças endêmicas.

Almejava-se alcançar uma espécie de regeneração nacional como nos revela o discurso eugenista de Afrânio Peixoto, e para tanto são apontados mecanismos para adaptação dos indivíduos à comunidade:

É um sonho. Impedir, se possível. Se não consertar. Como um plantador escolhe suas melhores sementes e um criador os melhores reprodutores, também o Estado se interessará pela sua formação, mais que sua indústria, sua vida. Não olhará a quantidade (...) consertar biologicamente com (...) a cirurgia endócrina, os enxertos. Consertar, refazendo, melhorando, numa acertada bioplástica e não poderão mais ser anormais. Consertar sociologicamente, adaptar à comunidade, como diz Adler (...) pela psicologia, profunda ou superficial, pela pedagogia, pela educação, reeducação, fazendo e refazendo homens sociáveis, honestos, bons, homens ‘econômicos’ e justos (...) ²⁴.

Durante o Estado Novo a eugenia ligava-se a campanhas sociais de higiene pública. O higienismo e a eugenia creditavam à saúde e à educação a cura da nação e a construção do homem novo numa espécie de regeneração que tinha o intuito de formar indivíduos sem

²³ Educação Sanitária. (Preceitos gerais de higiene). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 22 de setembro de 1947, n. 12.

²⁴ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 276.

defeitos físicos ou mentais. Os ideais eugênicos vigentes na época também defendiam que conservar a saúde não dizia respeito somente a hábitos higiênicos, mas também ao comportamento do indivíduo. Abreu salienta que “os desvios de comportamento eram vistos como resultado do ambiente social e constituição individual herdada”²⁵. No artigo abaixo podemos exemplificar esses ideais:

Não se podem formar indivíduos fortes, sãos, robustos, inteligentes, sem taras hereditárias e com disposições para vencer e viver vida longa e feliz, sem a prática de rigorosa higiene corporal e mental, nos períodos da infância e da adolescência. O primeiro dever dos educadores, principalmente dos pais, é não permitir que a criança se desenvolva sem os hábitos da higiene, sob pena de fazer dos seus educandos homens fracos, nevropatas e vencidos pelo desânimo e falta de ação. A higiene corporal e os exercícios de ginástica regularizam o funcionamento dos aparelhos da vida vegetativa e da vida espiritual. Se há crianças preguiçosas, distraídas, indispostas para brincar, enfatiadas, coléricas e sem estímulo, é porque não foram, desde cedo, submetidas ao regime de higiene, tão necessária ao ser humano, em todas as fases da vida, com especialidade, na infância. A falta de higiene alimentar, de exercícios físicos, de respirar ar livre e puro, a permanência em compartimentos carregados de ar confinado e viciado, como os cinemas, teatros, etc., formam as toxinas que predispõem o organismo para a aquisição de enfermidades e propagação dos defeitos hereditários. Um corpo são só pode abrigar um espírito forte. O que deve imperar no homem é o espírito, que rege todas as funções dos aparelhos humanos. O bom êxito na vida depende da inteligência robusta e do sistema nervoso equilibrado e forte. Um ser humano com aptidão para viver feliz só é possível existir por meio da prática permanente da higiene e da ginástica. É dever dos responsáveis pela educação da mocidade observar e adotar essa regra rigorosamente, se desejam educar homens felizes e normais²⁶.

A formação de um indivíduo saudável se vinculava também a inclusão de fundamentos morais como o não uso do álcool e a cautela com doenças venéreas. O álcool era o principal vício a ser combatido, pois além de não ser saudável, para os higienistas ele também atrapalhava a economia e impedia o progresso social. Podemos ver esses temas presentes no discurso sanitarista de 1938:

O estudo dos elementos que afetam a saúde dos indivíduos demonstrou caber à hereditariedade papel preponderante, de que há dados científicos seguros, principalmente sobre a natureza hereditária da debilidade mental, do daltonismo, da hemofilia de acordo com o que, ainda recentemente, assinalou Bolt. Todos nós sabemos que os membros de determinadas famílias são mais predispostos a certos males do que a outros. Se fosse possível aplicar-se ao homem processos idênticos aos empregados nas experiências feitas com plantas e animais domésticos, poder-se-ia, senão eliminar de todo, ao menos diminuir notavelmente certos estados originários dos defeitos do plasma germinativo. É de fato incontestável que certos venenos influem direta ou indiretamente no plasma germinativo, afetando deste modo a saúde individual e social dos indivíduos.

²⁵ ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). *Revista de História Regional*. 18(1): 86-102, 2013. p. 91.

²⁶ Pelo Ensino. (Preceitos de Higiene). *Minas Gerais*. Gonzaga Júnior. Belo Horizonte, sexta-feira, 22 de abril de 1938, n. 10.

No que concerne ao álcool, a convicção científica moderna é que, menos que um estimulante, é ele um narcótico de grande toxidez, atuando principalmente sobre o sistema nervoso; que seu valor nutritivo é muito limitado, que seu uso diário é fisiologicamente um erro e em muitas pessoas cria um hábito que dificilmente poderá ser extirpado. As moléstias venéreas acham-se ligadas intimamente ao alcoolismo. Os efeitos nocivos que de ambos podem advir não foram ainda suficientemente compreendidos de modo a inspirar medidas que impeçam ou dominem a difusão desses males e das consequências que eles acarretarão para as gerações do futuro.

(...) Certo é que diversos fatores ambientais não podem ser modificados por si mesmos, senão pelas obras da engenharia sanitária e pela aplicação dos princípios estabelecidos pela epidemiologia e pela higiene pública. A uncinariose, o impaludismo, a cólera, a febre tifoide, e, em geral, todas as doenças transmitidas por insetos, como a febre amarela, o tifo e a peste, podem ser evitadas em grande parte por meio de obras apropriadas ²⁷.

De maneira geral, os médicos defendiam uma reforma sanitária que melhorasse a condição eugênica dos brasileiros, ou seja, incentivavam campanhas que combatessem certos hábitos e comportamentos que poderiam causar efeitos negativos nas gerações vindouras. Então, uma sociedade saudável seria aquela que também teria uma moral aprimorada. A prática esportiva, segundo os médicos-sanitaristas, também contribuiria para a eugenia da raça e até para maior harmonia social, pois o espírito de equipe, a disciplina do treinamento e o domínio das emoções são fatores valiosos no controle individual e coletivo. Assim, esporte e medicina contribuiriam para um Brasil mais forte e progressista. Um extrato de discurso do ano de 1947 descreve também a função do higienista e qual o papel da educação sanitária, que não se dissociava da educação social, pois a educação transformava todo elemento social em uma força sanitária:

(...) Higienista é a moça recém-saída da escola de enfermeiras, que, compenetrada de sua missão, entra pelas brenhas a aconselhar ao pobre camponês a maneira de cuidar-se e de não infetar aos seus, e que contribui desta e de muitas outras maneiras para atenuar as crueldades e injustiças sociais. Higienista é a visitadora que segue com espírito de detetive e contatos do caso de doença transmissível e os persuade de que se deixem examinar e tratar, que considera o enfermo não como caso senão como irmão e ajuda assim a sarar as feridas humanas. Higienista é o inspetor que está constantemente velando contra as transgressões sanitaristas, não com o fito de castigar ou lastimar, senão para ensinar e corrigi-las ou evitá-las. Higienista é o laboratorista que diagnostica a enfermidade; o engenheiro que vela para que a água e o leite sejam captados e conduzidos ao consumidor em estado são e para que o ambiente que respira o empregado seja puro e para que a água que entra na cidade, uma vez usada, seja retirada; é o guarda sanitário percorrendo casas e cidades; o mestre que se interessa pela saúde de seus alunos e os ajuda a mantê-la; higienistas são os pais que fazem vacinar seus filhos e cuidam de sua alimentação e saúde; o empregado e o patrão que observam em sua fábrica as normas de segurança; o manipulador que zela pelos alimentos que toca. Higienista é o médico que dia após dia trabalha com bons ou maus ajudantes; com o apoio ou não do público; com meios adequados ou a maior parte das vezes, suficientes, para proteger a saúde do

²⁷ Dos fatores que intervêm na saúde individual e na saúde das populações. (Pela Saúde Pública). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, domingo, 24 de abril de 1938, n. 16.

povo por meio da vacinação, da limpeza, da desinfecção do isolamento do contagiante, do tratamento, da prevenção em geral e sobretudo – arma incomparável – por meio da educação, a educação que consegue o concurso da coletividade e faz de todo elemento social uma força sanitária, e utiliza para seus fins o quadro, o livro, o cinema, o rádio, a escola, a casa. Sem essa preciosa colaboração social a obra do higienista resultará sempre truncada. Se sanear é povoar, educar é sanear: devemos recordar que sem educação social não há possibilidade de educação sanitária ²⁸.

O projeto sanitário almejava moldar intelectualmente e preparar tecnicamente a juventude, desenvolver a cultura nacional, defender a população das doenças, dar assistência social aos indivíduos e às famílias e proteger na maternidade, na infância e mocidade. A atenção que o Governo Vargas dedicava à puericultura, ou seja, à saúde infantil, era devido à preocupação com a formação de um homem novo. No jornal *Minas Gerais*, na seção intitulada “Pela saúde pública”, haviam inúmeros artigos direcionados à saúde na infância e alguns chamavam a atenção para a importância dos cuidados pré-natais e após o nascimento da criança, incentivando a vacinação e alimentação adequada para formar futuras gerações híidas. Podemos exemplificar as ações direcionadas a criança com um artigo de 1938:

Durante o verão é preciso redobrar de cuidado com a alimentação das crianças. A regra geral para a alimentação nos lactentes é a seguinte: “o leite materno é insubstituível às crianças, até 6 meses de idade”. Esta regra deve ser difundida entre todas as mães, para que a sigam, rigorosamente, a bem dos filhos. Como se sabe, ainda há muitas mães que dão aos bebês bolachas, pedaços de pão ou de banana, ou mesmo as tais “bonecas” embebidas em água com açúcar, causadoras de fermentações e desordens gastrointestinais. As crianças até 6 meses, além do leite materno, só devem receber colherinhas de água fervida e de caldo de laranja, duas vezes ao dia. Quando a mãe tiver pouco leite, deverá consultar um médico pediatra sobre a melhor maneira de alimentar o filho. Se fossem observados estes cuidados, não morreriam tantas crianças! No caso de se manifestarem desordens gastrointestinais, indicam-se além do regime alimentar, os caseinatos de cálcio e o Eldofórmio da Casa Bayer, os quais corrigem as dejeções líquidas ou semi-líquidas, combatem as fermentações e defendem as mucosas intestinais das irritações ²⁹.

As edições do *Minas Gerais* retratavam os hábitos e cuidados com a saúde. A grande importância dada à Educação Sanitária foi por perceberem que muitas doenças aterradoras na época poderiam ser evitadas e outras curadas se descobertas no início. Por isso, nos artigos eram comuns os conselhos que direcionavam para a manutenção de uma vida saudável e limpa. A medicina tinha por finalidade educar o povo para que evitassem os maus hábitos e comportamentos. Ela Transmitiu conceitos considerados essenciais para a solução dos

²⁸ Higienistas. (Educação Sanitária). **Minas Gerais**. Extrato de discurso do Dr. Aristides A. Moll, secretário da Repartição Sanitária Pan-Americana, fevereiro de 1946. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária). Belo Horizonte, quarta-feira, 24 de setembro de 1947, n. 8.

²⁹ Durante o verão. (Cuidados Higiênicos). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 15 de fevereiro de 1938, n. 16.

problemas de saúde partindo da ideia de que a educação modificaria a personalidade melhorando as condições de vida. A principal estratégia da educação em saúde era a conscientização dos hábitos mostrando aos indivíduos sua responsabilidade para a obtenção de boas condições de saúde ao invés de impor normas com regras e imposições. Uma boa saúde era um dos direitos fundamentais de cada ser humano sem distinção de raça, religião, crença, política, condição econômica ou social.

A articulação destes acontecimentos aqui retratados nos possibilita iniciar uma reflexão mesmo que extremamente breve sobre a presença do discurso nacionalista inseridos na sociedade brasileira e particularmente em Minas Gerais através dos discursos médicos das décadas de 1930 e 40. Podemos ilustrar essa situação no seguinte discurso presente na seção sanitária:

Ao ser inaugurados os retratos, o tenente-coronel Dr. Américo Magalhães Góis, chefe do Serviço de Saúde, proferiu eloquentes palavras, traduzindo sentimentos que inspiravam aquela expressiva e justa homenagem ao presidente Getúlio Vargas e ao governador Benedito Valadares.

Frisou que era uma felicidade para o Brasil poder contar, neste momento grave para todos os povos, com um Chefe á altura dos distintos reservados á Nação Brasileira, porque, assim, estará resguardado dos males que tormentam outros países e poderá prosseguir na obra, em que todos os brasileiros se empenham, de engrandecer a Pátria.

Disse, depois das inspirações que a data de 10 de novembro proporciona, dando as razões porque a homenagem que se prestava ao presidente Getúlio Vargas devia necessariamente se realizar no dia do transcurso do primeiro aniversário do Estado Novo, que o Chefe do Governo Nacional instituiu para que pudesse fazer a obra maravilhosa de tornar o Brasil uma Nação próspera e forte.

Finalizando o seu aplaudido discurso, o tenente-coronel Dr. Magalhães Góis focalizou a circunstância, altamente honrosa para os mineiros, de que Minas, na pessoa do seu ilustre Governador, Dr. Benedito Valadares, o homem que representa todas as sãs qualidades do povo mineiro, está, como sempre esteve, ao lado do presidente Getúlio Vargas, solidário com os altos interesses da Pátria ³⁰.

Para engrandecer a pátria enalteciam-se também as figuras políticas emblemáticas que dela faziam parte, como o presidente e governadores. No entanto, não se manipula sentimentos somente por meio do apelo ideológico. Ângela de Castro Gomes acentua que a recepção dessas políticas públicas por seu público alvo “é um processo ativo que ressignifica os próprios objetivos originais das políticas, dotando-as de novos sentidos e interferindo no curso dos resultados antecipados pelos planejadores” ³¹. Mas a estratégia do apelo ideológico aliada a outros procedimentos e diretrizes doutrinárias do regime teve certa eficiência e sustentou o poder, uma vez que o país consolidou sua indústria de base e se modernizou

³⁰ No Serviço de Saúde. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sexta-feira, 11 de novembro de 1938, n. 8.

³¹ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 57.

economicamente por meio da valorização da questão do trabalho e redefinição do papel do trabalhador na sociedade brasileira.

2.3. A questão do trabalho.

Em 1930 e 1940 aconteceram grandes transformações na questão do trabalho no país, pois é neste período que através de uma legislação regulamenta-se o mercado de trabalho e forma-se uma ideologia política de valorização do trabalho e do trabalhador. Tais transformações aconteceram também pela própria classe trabalhadora desencadear um longo processo de lutas, no entanto, somente durante o Estado Novo foram realizadas ações que estavam nas demandas da classe trabalhadora desde a Primeira República. Foram criadas políticas de proteção aos trabalhadores e dois Ministérios: do Trabalho Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública. O Governo passou a preocupar-se com as condições de trabalho, os acidentes e as doenças, e atribuiu aos médicos a função de evitar os prejuízos advindos dos males do trabalho com a educação preventiva para a classe trabalhadora. A denominada medicina legal atuou nos problemas médicos do trabalho e a educação preventiva disseminou entre os trabalhadores a necessidade de hábitos higiênicos, alimentação sadia e como se prevenir das doenças relacionadas ao trabalho ³². Para os médicos que atuavam na época, a orientação adequada evitaria acidentes e endemias de trabalho. Para exemplificar, abaixo um artigo do jornal *Minas Gerais* fazendo chamada para uma conferência sobre doenças profissionais:

Chefiando uma comissão de médicos do Serviço de Higiene do Departamento Nacional do Trabalho, virá a esta Capital o Dr. Décio Parreiras, inspetor-chefe do aludido Departamento.

Na próxima quinta-feira, às 20 horas, no salão de festas da Feira Permanente de Amostras, o ilustre visitante pronunciará uma conferência sobre “Prevenção das doenças profissionais”.

Aos sindicatos e associações de classe, empregadores e profissões liberais da Capital o Dr. João Fleury, delegado regional do Trabalho, dirigiu um convite no sentido de que compareçam à conferência, representados por delegações ³³.

Os médicos se preocupavam com as condições de vida do operário também fora de sua labuta e condenavam hábitos que eram prejudiciais para a saúde e para mente que poderiam diminuir sua eficiência. A alimentação era tema recorrente nos artigos voltados para os trabalhadores, o indivíduo que se alimentasse racionalmente trabalharia com mais eficiência, resistiria melhor às enfermidades e daria descendentes fortes e sadios. A nutrição estava ligada ao trabalho, de

³² Sobre a medicina legal ver: FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo**. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009.

³³ Prevenção das doenças profissionais. A próxima conferência do Dr. Décio Parreiras. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 6 de outubro de 1942, n. 6.

modo que um povo bem alimentado seria mais eficiente e formaria um país forte e progressista.

Antes de 1930 pouco se fizera no país no campo da medicina social. Mas de 1930 a 1937 há todo um movimento histórico que explica a constituição do discurso nacionalista e os programas implantados na área da saúde. O papel da medicina social era o de preservar, recuperar e desenvolver o poder de produzir do trabalhador. Gomes salienta que “no próprio interesse do progresso do país, deviam-se vincular estreitamente as legislações social e sanitária, já que o objetivo de ambas era construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada”³⁴.

A política permeava quase sempre os discursos médicos e o objetivo dessa nova política social era também o de promover modificações na capacidade produtiva dos trabalhadores. Eram difundidos orientações e métodos de controle e prevenção das doenças dirigidos aos operários do Brasil. A revalorização do trabalho significou também a revalorização do homem e assim construiu-se a figura simbólica de Getúlio Vargas como guia dos trabalhadores brasileiros. Para Ângela de Castro Gomes

o meio por excelência de superação dos graves problemas socioeconômicos do país, cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população, seria justamente o de assegurar a essa população uma forma digna de vida. Promover o homem brasileiro, defender o desenvolvimento econômico e a paz social do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação³⁵.

Assim, o trabalho seria essencial para o homem alcançar riqueza e cidadania e se tornou uma tarefa moral que deu aos indivíduos novos direitos. O trabalho passou a ter função civilizadora e fora visto como o esteio da riqueza do país, pois seria a base para a composição de um Estado novo que almejava ser moderno. O grande esforço desse novo Estado nacional era de que “uma política de organização científica do trabalho devia encontrar o equilíbrio entre os esforços de mecanização da produção (essenciais à industrialização dos países) e a proteção dos valores humanos e cristãos do trabalhador brasileiro”³⁶. Para o Estado nacional, o trabalho era, principalmente, uma obrigação de todos e um meio de servir à pátria. As pessoas sem trabalho eram vistas como um risco para a ordem pública.

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 60.

³⁵ Ibidem, p. 55.

³⁶ Ibidem, p.59.

As políticas trabalhistas alcançaram também o trabalhador rural e a educação sanitária fora essencial para combater os hábitos de vida considerados impróprios dos trabalhadores. A educação foi apontada como o único instrumento para uma intensa transformação na classe trabalhadora para que se alcançasse a harmonia social e um bom caráter do homem brasileiro. Diante disso, o Estado Novo ampliou sua capacidade de intervenção na esfera cultural por meio de instituições criadas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública visando que

uma política de proteção à família e ao trabalho — ao homem do presente e do futuro — tinha que dar ênfase especial à educação. Só pelo ensino se poderia construir um povo integral, adaptado à realidade social de seu país e preparado para servi-lo. A intervenção do Estado Novo, fixando os postulados pedagógicos fundamentais à educação dos brasileiros, tinha em vista uma série de valores dentre os quais o culto à nacionalidade, à disciplina, à moral e também ao trabalho ³⁷.

A política social do Estado Novo teve como foco em seus primórdios o trabalhador organizado, apesar disso, a política de saúde pública ficou voltada para pessoas excluídas da regulação estatal e atingiu um público mais amplo. Havia a visão de que a saúde pública deveria atuar privilegiando as doenças infectocontagiosas, visando a sociedade e não aos indivíduos. A saúde deveria voltar-se principalmente para a prevenção e o combate de endemias como a lepra, a tuberculose, a febre amarela, a boubala, a malária e a peste, doenças que afetavam a coletividade e que fazia o país perder muitas vidas úteis. A estrutura administrativa da saúde pública se construiu tendo como prioridade o combate às doenças transmissíveis e a higiene torna-se então o instrumento essencial para se alcançar a reforma do saneamento no Brasil, favorecendo indivíduo e povo. Podemos perceber a política sanitária voltada para os trabalhadores no seguinte artigo de 1942:

Evitar acidentes, baixar a mortalidade e a morbidade pela infelizmente profissional, não é mais uma questão apenas de boa vontade. É um problema que vai desde a verificação do estado da ferramenta até a seleção médica e psicotécnica do trabalhador, lutando contra a inconsciência do menor operário; a inexperiência do menor operário; a inexperiência do trabalhador novo; a audácia do operário antigo e a ideia fatalista que caracteriza a mentalidade de todos eles, dizendo, erroneamente, o “aconteceu porque tinha que acontecer” ³⁸.

O papel da educação sanitária era principalmente o de difundir ensinamentos para a população que educassem o cérebro e fortalecesse o corpo para assim garantir o futuro da raça. O Estado passou a se preocupar com a saúde física e com a adaptação mental do

³⁷ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 63.

³⁸ Sobre acidentes e doenças profissionais. A conferência do Dr. Décio Parreiras, antecede, na feira de amostras. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sábado, 10 de outubro de 1942, n. 7.

trabalhador visando um rendimento maior, pois as precárias condições de vida dos trabalhadores brasileiros impediam uma melhor produtividade do trabalho. Assim, a saúde passa a ser vista como um importante bem que deve ser mantido na sociedade de mercado e essencial para o desenvolvimento industrial e intelectual do país.

O trabalho tornou-se uma obrigação para com o Estado e a sociedade, além disso, o indivíduo passa a encará-lo como uma necessidade porque vê vantagens materiais efetivas. Essa foi a complexa e autêntica mudança de mentalidade dos indivíduos. Ângela de Castro Gomes afirma que

o Estado Nacional do pós-1937, por seu ideal de justiça social, voltava-se para a realização de uma política de amparo ao homem brasileiro, o que significava basicamente o reconhecimento de que a civilização e o progresso eram um produto do trabalho³⁹.

Vargas suspendeu as liberdades civis, extinguiu partidos políticos e o Parlamento. Uma das justificativas para o governo utilizar tantos mecanismos de repressão e controle da sociedade foi o aumento de revoltas comunistas, mesmo elas sendo rapidamente contidas. Por outro lado, várias medidas adotadas por esse regime transformou o Brasil de um país agrário em um país industrial e também fica claro que foi um momento de transformação social uma vez que os trabalhadores obtiveram reconhecimentos político e social. Ocorreram significativas transformações no país principalmente em relação ao novo rumo das políticas públicas.

O intervencionismo do Estado nacional na área da política social visou por meio de inúmeras iniciativas alcançar as causas da pobreza e da doença e constatou que as endemias nas cidades se propagavam pelas más condições de higiene das habitações populares. A questão da educação, moradia e alimentação também foram apontadas como as causas responsáveis pela baixa produtividade da população brasileira. Diante disso, o que o Governo Vargas pretendeu fazer era realizar além da proteção do trabalhador em seu local de trabalho, mas também dava às famílias alimento bom e barato e com isso promoveria a tranquilidade coletiva. Dessa forma, era pela família que o Estado pretendeu aproximar-se do homem, pois se acreditava que se conseguiria um maior esforço produtivo dos indivíduos e conseqüentemente o progresso material e moral do país. Uma política de valorização do trabalho estava ligada a uma política de valorização do esforço humano, pois este era

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 57.

considerado a base de toda a riqueza social. De fato, o período getulista com suas obras voltadas para o povo foi considerado populista durante todo seu governo.

A legitimidade de um regime não se dá somente através de manipulação e repressão, mas deve haver também interesses concretos dos sujeitos à margem do poder e por isso Getúlio Vargas foi o responsável pela obra do direito social brasileiro, dando ao trabalhador a possibilidade de se ascender socialmente.

Com inúmeras intervenções e medidas do poder público se construiu uma democracia social no Brasil. Mas em 1945 o clima político nacional estava inteiramente tomado pela substituição de Getúlio Vargas, que ficara no poder pelo espaço de quinze anos, e pela realização de eleições. Terminava-se então a experiência estado-novista que alimentou a quimera de uma sociedade rica, feliz e disciplinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho sugere que o plano por trás dos discursos sanitaristas era o de propor soluções para questão nacional, isto é, o efeito esperado com os discursos era de se obter cidadãos civilizados úteis a si e a pátria e capazes de garantirem o progresso do país, assim argumentaram a favor de uma postura higiênica e social. Não importava o assunto específico que envolvia os textos de educação sanitária, o enredo contido em todos era o mesmo. A intenção dessa estratégia do Governo era estabelecer um vínculo político profundo entre Vargas e o povo. Essa foi uma das principais estratégias para se garantir a soberania do país, mas para vencer o problema da saúde pública era preciso uma grande intervenção do poder público na área da educação, saúde e trabalho.

As práticas ideológicas do aparelho de Estado do pós-30 envolveu a elaboração de um discurso de legitimação introduzido nos discursos higienistas. O Serviço Nacional de Saúde Pública apontava a ignorância da população como responsável pelos problemas de saúde que assolavam o país e dificultava seu progresso. No entanto, as estratégias de atuação pedagógica desconsideraram os fatores socioeconômicos que interferem na implementação de novos hábitos de saúde. Quando disseminados os mesmos textos de educação sanitária para todo o país, desconsidera-se o meio social como direcionador das ações sanitárias. Portanto, deve-se não tomar o discurso propagado nos jornais como comprovação de que as políticas de saúde em Minas Gerais surtiram os efeitos esperados.

Na zona rural mineira as condições de higiene eram absurdamente precárias, não existiam meios para que a população pudesse ter água encanada e rede de esgoto, comer uma carne animal sadia, tomar banho, escovar os dentes ou livrar-se de insetos como o barbeiro, transmissor da doença de Chagas. Apesar das dificuldades de implementar as políticas de saúde nas cidades do interior, a imprensa e o rádio difundiram os valores de saúde do Governo Vargas por ondas e impressos, reproduzindo o discurso modernizador que irradiava da Capital. Difícil é saber em que medida esses impressos e as palestras do rádio eram apropriados.

Foi importante para mim, como futura historiadora, perceber por meio de artigos em jornais toda uma conjuntura histórica e política de um país. Percebi, através da bibliografia relacionada ao tema e dos jornais pesquisados, que o efeito esperado era além da busca pela modernização e construção de uma identidade nacional forte e salubre através da educação sanitária como uma das principais dimensões estratégicas para viabilizar o projeto

nacionalizador e progressista. Mas, principalmente, esperava-se conquistar o apoio necessário à legitimação de um regime autoritário que se deu através de um golpe em novembro de 1937 e fora chamado de Estado Novo.

Existem várias possibilidades de análises ricas e variadas a respeito da prática e do conhecimento médico em Minas, de uma prática e conhecimento tomados no sentido amplo, isto é, no seu sentido de construção cultural, que envolve elementos variados da vida social. O que essa pesquisa propôs foi investigar apenas uma ramificação dentre várias que poderiam ser feitas, optando, desse modo, por analisar a imprensa escrita como instrumento de educação e cultura utilizada pelo Governo com vistas à integração nacional.

REFERÊNCIAS

Bibliotecas

Biblioteca Histórica da Fundação Ezequiel Dias.

Centro da Memória da Faculdade de Medicina da UFMG.

FUNED.

Fontes pesquisadas

Periódicos

Dos fatores que intervêm na saúde individual e na saúde das populações. (Pela Saúde Pública). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, domingo, 24 de abril de 1938, n. 16.

Durante o verão. (Cuidados Higiênicos). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 15 de fevereiro de 1938, n. 16.

Educação Sanitária. O problema médico social da doença de Chagas. **Minas Gerais**. Extrato de trabalho do Dr. Rubem Tabacof, da Universidade da Bahia, Congresso Brasileiro de Cardiologia, “Publicações Médicas”, São Paulo, dezembro de 46 a janeiro de 47. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária) Belo Horizonte, sábado, 28 de junho de 1947, n. 10.

Educação Sanitária (Preceitos gerais de higiene). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 22 de setembro de 1947, n. 12.

Educação Sanitária. (Preceitos gerais de higiene). **Minas Gerais**. Do S. P. E. S. de Minas Gerais. Belo Horizonte, domingo, 10 de outubro de 1948, n. 9-10.

Exames médicos preventivos. (Pela Saúde Pública). **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sábado, 18 de junho de 1938, n. 10.

Higienistas. **Minas Gerais**. Extrato de discurso do Dr. Aristides A. Moll, secretário da Repartição Sanitária Pan-Americana, fevereiro de 1946. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária). Belo Horizonte, quarta-feira, 24 de setembro de 1947, n. 8.

No Serviço de Saúde. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sexta-feira, 11 de novembro de 1938, n. 8.

Prevenção das doenças profissionais. A próxima conferência do Dr. Décio Parreiras. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, terça-feira, 6 de outubro de 1942, n. 6.

Pelo Ensino. (Preceitos de Higiene). **Minas Gerais**. Gonzaga Júnior. Belo Horizonte, sexta-feira, 22 de abril de 1938, n. 10.

Rumos da Campanha Nacional Contra a Tuberculose (Educação Sanitária). **Minas Gerais**. Notas de Conferência. Belo Horizonte, 22 – 8 – 47. Prof. Rafael de Paula Sousa, diretor do S. N. T. (Do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária). Belo Horizonte, quinta-feira, 4 de setembro de 1947, n. 12.

Sobre acidentes e doenças profissionais. A conferência do Dr. Décio Parreiras, anteontem, na feira de amostras. **Minas Gerais**. Belo Horizonte, sábado, 10 de outubro de 1942, n. 7.

Referências bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. Imprensa, educação sanitária e interiorização do sanitarismo em Uberlândia (1938-1950). **Revista de História Regional**. 18(1): 86-102, 2013.

ABREU, Jean Luiz Neves. Educação sanitária e saúde pública em Minas Gerais na primeira metade do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 17, n. 1, 2010.

ARENDT, Hannah. **O sistema totalitário**. Lisboa, Don Quixote, 1978.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sérgio Goes de. **Saúde e Previdência: estudos de política social**. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

CAMPOS, C. E. A. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil: O Sistema Distrital de Administração Sanitária. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 877 - 906, jul-set: 2007.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a política da era Vargas**. Brasília, UnB, 1993.

CANDEIAS, N. M. F. Evolução histórica da educação em saúde como disciplina de ensino na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – 1925 a 1967. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 4, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. **Os intérpretes das Luzes; liberalismo e imprensa paulista, 1920-1945.** (Tese de Doutorado). São Paulo, USP, 1986.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. **A Saúde pelo Progresso: Medicina e Saúde Pública em Minas Gerais.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

CHAVES, Bráulio Silva. Instituições de saúde e a ideia de modernidade em Minas Gerais na primeira metade do século XX. In: MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. (Org.). **História da Saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico.** (18081958). 1 ed. Barueri: Minha Editora, v. 1, 2011.

DINIZ, Maria Cecília P.; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; SCHALL, Virgínia Torres. Hortênsia de Hollanda: a arte da educação em saúde para prevenção e controle das endemias no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 533-556, abr-jun: 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

FARIA, Lina R. de. **A fase pioneira da reforma sanitária brasileira no Brasil: a atuação da Fundação Rockefeller (1915-1930).** (Tese de Mestrado). Instituto de Medicina Social/UERJ, 1994.

FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo.** São Paulo: Alameda/FAPESP, 2009.

FONSECA, Cristina M. O. **Ideologia e políticas públicas: a construção da nação e a reforma do Ministério da Educação e Saúde Pública (1934-1937)**. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 1993.

FONSECA, Cristina M. O. Práticas sanitárias ou práticas pedagógicas? A institucionalização das atividades de Educação em Saúde no Primeiro Governo Vargas (1930-45). In: MAGALDI, Ana Maria (org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

FONSECA, Cristina M. O. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um Bem Público**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo, Loyola, 1982.

GIL, Fernando. História das ciências e epistemologia. **História e prática das ciências**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1971.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1988.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. CNPq/Marco Zero, 1990.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O Estado Nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

GUINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GURGUEIRA, Fernando Limongeli. **A integração nacional pelas ondas; o rádio no Estado Novo**. (Tese de Mestrado). São Paulo, Departamento de História/USP, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento – as bases da política de saúde pública no Brasil**. Anpocs/Hucitec, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde pública em debate no Estado Novo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

HOCHMAN, G. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

HOCHMAN, G. **Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)**. Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Estudos Históricos** (11): 40-61, 1993.

LABRA, Eliana. **O movimento sanitarista dos anos 20: da conexão sanitarista internacional à especialidade em saúde pública no Brasil**. (Tese de Mestrado). Rio de Janeiro, EBAP/FGV, 1985.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, Papirus, 1986.

LIMA, Nísia Trindade & Hochman, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In: Chor, M. & Santos, R. (eds.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro, FCBB/Fiocruz, 1996.

MARQUES, R. C. A Comissão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller em Minas Gerais (1916-1926). **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência**, Belo Horizonte, vol. II, p. 549-550, 1997. As informações básicas sobre a Rockefeller em Minas podem ser retiradas da publicação dos seus relatórios anuais existentes na Biblioteca da FUNED.

———. A Pandemia gripal de 1918 em 1918 em Minas Gerais. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.7, n.1, p.39-44, janeiro/março de 1997.

MARQUES, Vera Regina. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas, Unicamp, 1994.

MELO, Joaquim Alberto Cardoso de. **A prática da saúde e a educação**. Tese – Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, Campinas, 1976.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil. (1920-1945)**. São Paulo, Difel, 1979.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Elite Intelectual e debate político nos anos 30**. Rio de Janeiro, FGV/INL-MEC, 1980.

———. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

———. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense/CNPq, 1990.

PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p.

REIS, José Roberto Franco. **Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental**. (Dissertação de Mestrado). Campinas, Unicamp, 1994.

SOUZA, José Inácio Melo. **A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo**. (Tese de Mestrado). ECA/USP, 1990.

SOUZA, Érica Mello de. As práticas educativas em saúde: O Serviço Nacional de Educação Sanitária em estudo (1940-1970). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.